

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *A Tarde*

Class.: 437

Data: 20.01.89

Pg.: _____

Pau Brasil

Igreja não tem poder político mas apóia a luta dos pataxós

Pau Brasil (De Kleber Torres)

— O vice-presidente da CNBB-Nordeste III, dom Walfredo Tepe, concelebrou, com o bispo, dom Antônio Felipe, uma missa de solidariedade e apoio aos Pataxós Han Han Hãe, que disputam uma área de 36 mil hectares com mais de mil fazendeiros e posseiros, numa morosa batalha judicial. O clima na área é de permanente tensão e nos últimos seis anos já foram registradas mais de 10 mortes e diversos conflitos.

Dom Tepe considera que a Igreja não tem poder político para resolver esta questão, mas "se posiciona, a priori, a favor dos mais fracos e dos que são discriminados". O bispo fez ainda um apelo para que se encontre uma solução negociada para o impasse e que se dê um basta aos freqüentes incidentes.

O cacique Nailton Muniz acha que entre a sua comunidade e a população da área em litígio "está declarada uma verdadeira guerra, e que até agora não morreu nenhum fazendeiro; por isso acreditamos na Justiça e na necessidade de uma reforma agrária, para que tenhamos o acesso à terra".

Na área há um clima permanente de tensão, com registro, de 1982 até agora, de 11 mortes e dezenas de feridos, dados cadastrados pelo Cimi e pela Pastoral da Terra. Segundo Maria Conceição Pessoa, agente do Cimi, "a missa visou, em primeiro lugar, chamar atenção para os problemas dos Pataxós e, também, para sua luta e sua resistência às pressões".

PRIMEIRA VÍTIMA

Lembra que a primeira vítima foi o índio Edisio, assassinado em 1982 por Higino — tio de Nailton —, em razão de uma proposta da Funai para que a área indígena fosse limitada a 6.000ha, ao invés dos 36 mil pretendidos pela comunidade. O segundo crime de morte ocorreu em 1984, en-



Violência, a preocupação de um povo



tamar reclama de tudo

volvendo o índio conhecido com o Candora, morto a golpes de facão.

As mortes voltaram a ocorrer, segundo a agente do Cimi, em 1986, com o assassinato da Índia Luzia Santos, 50, a facadas, por um empregado de um fazendeiro. Em outubro do mesmo ano, os índios Carrapicho, Jacinto e um recém-nascido, foram mortos em um confronto, com a participação de pistoleiros. O caso até agora não foi esclarecido.

Em março de 1987, também foram mortos em emboscada os índios Roque e Sueli. Os dois foram executados a tiros, possivelmente por pistoleiros, segundo acredita a funcionária do Cimi, que também aponta a omissão da Funai em relação aos problemas da comunidade.

Já em 1988, foi registrada a morte de Djalma Souza Lima, que foi torturado depois de baleado, segundo denunciaram seus familiares. O corpo foi achado em adiantado estado de decomposição, por uma equipe da Polícia Federal. Em dezembro do mesmo ano foi executado um dos líderes da comunidade: João Clavin, morto a golpes de facão, pelo próprio primo, Glicério, que foi executado por amigos da vítima. Clavin havia anunciado a amigos e a prepostos do Cimi que estava seriamente preocupado com a sua segurança, pois fora informado de um complot para a sua eliminação. Há informações de que Glicério teria recebido o equivalente a NCz\$ 60,00 como adiantamento para o crime.

Ao longo dos últimos anos também ocorreram diversos incidentes graves. Sendo que um deles resultou

num cerco a 12 índios por 50 homens armados. Além de vários feridos ficou o saldo de três mortes, 1983, o índio José Bispo foi espancado e teve ferimentos na cabeça.

O MAIS GRAVE

O mais grave destes confrontos ocorreu em 1985 e, segundo os dados do Cimi, resultou em 29 índios feridos. No final de 1984, havia sido baleado Antônio Júlio, que foi ferido na cabeça, removido para o Hospital de Base, em Brasília, de onde retornou paralisado.

Em 1986, os registros apontam uma emboscada com a participação

de quatro funcionários da Funai, ferindo os índios Antônio, com mais de 10 tiros; Anildo, com dois tiros; Ene-dino, com um tiro no ombro, e Leonel, com um tiro no rosto.

O ano de 1987, foi também, cheio de incidentes. Em abril, a aldeia Barretá, em Itaju, foi invadida por fazendeiros, jagunços e policiais, que derrubaram três casas e destruíram pastagens. Um mês depois, a aldeia de Pan-elão foi invadida por policiais de Camacã, que detiveram três índios sem nenhuma explicação. Em outubro, Nailton Muniz denunciou uma emboscada, com a participação até de policiais militares.



Antônio Júlio ficou paralisado

Falta assistência médica

Pau Brasil (Da Sucursal Sul da Bahia) — Os índios pataxós Han-Han-Hãe vivem, hoje, segundo a técnica do CIMI, Maria Conceição Passos, toda a sorte de problemas sociais, econômicos e de saúde, uma vez que a Funai praticamente abandonou a área. Permanece um único funcionário, cuja especialidade é a técnica agrícola.

Anunciando que veio "botar ordem no posto", o chefe de ajudância de Eunápolis, Dornival Borges Cavalcante, no entanto, nada realizou até agora, segundo denunciam as lideranças indígenas, para quem a Funai não cumpre suas funções básicas. Todos reclamam da falta de água, de remédios, de alimentos e até mesmo de um veículo para transporte dos doentes.

Citam, como exemplo, o caso de

João Clavin, que se tivesse recebido atendimento médico adequado não teria morrido. A Funai tem, ainda, um grande débito com a AMEC (um hospital de Camacã), que suspendeu o atendimento aos pataxós.

Com o Verão, também emerge outro grave problema da comunidade: o da falta de água. Hoje, o abastecimento é precário e feito por mulheres e crianças que se deslocam para um manancial localizado a quatro quilômetros do agrupamento de casas. Todos reivindicam a ampliação das três aldeias, que já estão pequenas, uma vez que 1.200 pessoas estão vivendo na Fazenda São Lucas, com 1.079 hectares; 18 famílias, no Panelão e outras 17 no Baretá, em Itaju do Colônia, cada um dos dois aldeamentos com 60,5 hectares.

Sem água para beber

Pau Brasil (Da Sucursal Sul da Bahia) — "O que não temos é água", reclama Iamar, 50 anos, cinco filhos, que usa óculos por enxergar pouco, e que tem na área da Fazenda São Lucas um plantio de feijão, mandioca, milho e abóbora. Ele lamenta que a água existente na reserva seja pouca e que a mesma fonte é usada também para a lavagem de roupas.

Reclama ainda das crianças doentes, do alto índice de mortalidade infantil e do clima de permanente tensão na

área, lembrando o caso de Antônio Júlio, que ficou paralisado, depois de baleado na cabeça.

Ele disse que sua tribo reivindicava uma área de 36 mil hectares e que, hoje, aceita negociar o equivalente à metade, mas "a Justiça continua morosa". Tanto ele quanto outros índios denunciam o abandono da parte da Funai, que, segundo Dizidério José dos Santos, "recebeu dinheiro dos fazendeiros, mas não apóia os índios, que não têm voz".

Fazendeiros não cedem

O secretário Euclides Neto, da Reforma Agrária e Irrigação, recebeu esta semana, em seu gabinete, a advogada Wilde Costa Souza, que, em nome da Prefeitura de Pau Brasil e do Sindicato Patronal Rural tentou viabilizar uma maneira de acabar com os conflitos na Fazenda São Lucas, no município de Pau Brasil, entre fazendeiros e índios. De acordo com a advogada, os fazendeiros voltaram atrás na decisão de oferecer seis mil hectares e agora estão propondo a compra de uma outra área fora da fazenda para onde os índios seriam remanejados.

A advogada explicou a impossibilidade de os fazendeiros venderem suas terras, afirmando que já houve ameaças de morte, caso um deles faça qualquer negociação na área para entregar aos índios. Acrescentou que eles temem que o local seja dominado por grupos que manipulam os índios, inclusive estrangeiros que estão ensinando-lhes métodos



Fazenda São Lucas, onde está instalada a reserva indígena

de guerrilha. Apesar de afirmar que o estado não dispõe, pelo menos no momento, de áreas desapropriadas, principalmente no sul da Bahia, Euclides Neto prometeu acatar qualquer decisão que atenda os interesses dos índios que ocupam a Fazenda São Lucas, em litígio.

Os fazendeiros, segundo se comenta, decidiram não vender suas terras depois da extinção do Mirad e do INCRA, órgãos do governo federal encarregados dos problemas fundiários. Além disso, a União Democrática Ruralista (UDR) não aceitou com qualquer proposta para acabar com o conflito. Os índios, apoiados no decreto do governo federal que estabelece a área indígena, não abrem mão dos seus direitos. Euclides Neto acrescentou que o estado está disposto a ajudar em tudo que for possível, principalmente com relação ao processo de assentamento e distribuição de sementes para o plantio.